



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 6 - Lote 1 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

MGSTJ - ATA DE REUNIÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data	04/10/2022
Horário	Das 10h às 12h
Local	Sala de Videoconferências I - 1º andar - Ed. Ministros I
Responsável pelo registro	Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria

Participantes	<p> Carl Smith (Secretaria Geral da Presidência) Alexandre Fabre (Secretaria Executivo da Presidência) Cristina Petcov (Gabinete da Presidência) Vera Lúcia França (Secretaria Executiva da Presidência) Rodrigo Chebli (Secretaria Geral da Presidência) Luiz Otávio (Secretaria Geral da Presidência) Sérgio Pedreira (Gabinete do Diretor-Geral) Sueli Cristina (Gabinete do Diretor-Geral) Daniella Gonçalves (Gabinete do Diretor-Geral) Leonardo Peixoto de Melo (Gabinete do Diretor-Geral) Roberto Petruff (Gabinete do Diretor-Geral) Luiz Fernando (Assessoria Jurídica) Lener Taplion (Assessoria de Ética e Conduta) Cristiano Nascimento (Assessoria de Gestão Sustentável) Elaine Nóbrega (Assessoria de Gestão Estratégica) Simone Pinheiro (Comissão de Acessibilidade e Inclusão) Josiane Cury (Secretaria de Documentação) Alessandra Teixeira (Secretaria de Administração) Octávio Nenevê (Secretario de Gestão de Pessoas) Sartre Gonçalves (Secretaria de Serviços Integrados de Saúde) Humberto Pradera (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação) Denisse Dias (Secretaria de Segurança) Fabiana Bittes (Secretaria de Orçamento e Finanças) Mariana Camargo (Centro de Formação e Gestão Judiciária) Juliana de Paula (Assessoria para Assuntos Funcionais de Magistrados) Maria Elisa (Assessoria de Cerimonial e Eventos) Flavio Santana (Assessoria de Assuntos Parlamentares) Karima Kassab (Assessoria de Relações Internacionais) Daniel Castro (Assessoria de Inteligência Artificial) Ana Flávia Paulino (Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas) Natália de Mattos (Secretaria de Comunicação Social) Antonio Augusto Gentil (Secretaria Judiciária) Rubens Cesar (Secretaria de Processamento de Feitos) Barbara Brito (Secretaria de Jurisprudência) Rodrigo Campos (Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância) Ivo Mützenberg (Auditoria Interna) Tatiana Estanislau (Ouvidoria) </p>
----------------------	--

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

Deliberar sobre os resultados obtidos no segundo quadrimestre de 2022 com a operacionalização do Plano Estratégico STJ 2021-2026.

3. PENDÊNCIAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Todas as ações propostas na RAE anterior foram realizadas, conforme registrado no documento n. 3015532 do Processo SEI/STJ n. 001628/2020.

4. ATA

Dr. Sérgio Pedreira (Diretor-Geral) iniciou a reunião dando as boas-vindas aos presentes e informando que os debates deveriam ser realizados após a apresentação dos resultados estratégicos pela Sra. Elaine Borges (AGE).

Na sequência, a Sra. Elaine Borges comentou que o Plano Estratégico do Tribunal possui monitoramento formal por quadrimestre e que nessa reunião seriam discutidos os resultados acumulados dos indicadores e iniciativas estratégicas referentes ao 2º quadrimestre de 2022 (jan a ago).

4.1. Movimentação processual no período

A Sra. Elaine Borges apresentou os dados de movimentação processual do segundo quadrimestre, comparando com os apurados no primeiro quadrimestre, além de informar sobre a projeção de resultados para o final do ano, conforme informações constantes dos slides utilizados. Tais dados dizem respeito ao número de processos recebidos, distribuídos, registrados, julgados, baixados e tramitando. Reforçou que a projeção prevê que o exercício de 2022 finalize com aproximadamente 266 mil processos no acervo.

4.2. Situação geral do Plano STJ 2021-2026

Para atender a toda a demanda apresentada, a estratégia é fundamental, explicou a Sra. Elaine Borges. Completou mencionando que o Plano Estratégico STJ 2021-2026 possui atualmente 10 objetivos estratégicos a serem alcançados, acompanhados por 36 indicadores e 28 iniciativas, sendo que para cada um dos objetivos, metodologicamente, é necessário pelo menos um indicador e uma iniciativa atrelados.

Em seguida, apresentou a situação geral do Plano, por meio do Mapa Estratégico do Tribunal, que alcançou um resultado geral no período de 93% (situação aceitável). A perspectiva da Sociedade atingiu 99% de cumprimento, a de Processos Internos de trabalho 86% e a de Pessoas e Recursos, também 93%. E passou para os resultados específicos, organizados por objetivo estratégico.

4.3. Situação dos objetivos estratégicos no período

Perspectiva: Sociedade

· **Objetivo - Fortalecer a imagem e a transparência institucional:** A Sra. Elaine Borges explicou que o resultado aumentou de 92 para 99% do primeiro para o segundo quadrimestre deste ano. Citou que os 4 indicadores que mensuram o cumprimento do objetivo estão em situação ótima, e das 3 iniciativas vinculadas a esse mesmo objetivo, apenas uma ainda não foi concluída, a "Pesquisa de Imagem" (Processo SEI/STJ n. 028583/2020, despacho 3103157), que depende de aprovação da divulgação do relatório final pela Alta Administração, que ficou de verificar a questão. A Sra. Tatiana Estanislau (OUV), complementou dizendo, nesse ínterim, a Ouvidoria já está atuando em ações de melhoria decorrentes da pesquisa. Por fim, como a vigência da estratégia atual é 2026, a Sra. Elaine Borges sugeriu aos presentes a apresentação de novas propostas de iniciativas estratégicas para impulsionar o resultado do objetivo em questão, que visa "atuar com foco no cidadão, em parceria com outras instituições, oferecendo serviços de qualidade, comunicação efetiva e resultados transparentes, de modo a fortalecer a imagem do STJ perante a sociedade".

· **Objetivo - Promover a cidadania:** A Sra. Elaine Borges explicou que o resultado aumentou de 99 para 100% do primeiro para o segundo quadrimestre deste ano. Citou que os 2 indicadores que mensuram o cumprimento do objetivo estão em situação ótima. Especificamente sobre o indicador "Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania", propôs o

aumento da meta para 15.000 ao ano, visto que as atividades presenciais já foram retomadas. A Sra. Josiane Loureiro (SED) pronunciou-se favorável à meta proposta, dizendo que o tema havia sido discutido previamente em Reunião de Análise Tática - RAT, realizada recentemente na SED. Dr. Sérgio Pedreira consultou os presentes e aprovou a alteração. A seguir, a Sra. Elaine Borges comentou que as 4 iniciativas vinculadas ao objetivo já estão concluídas e, como a vigência da estratégia atual é 2026, também sugeriu aos presentes a apresentação de novas propostas de iniciativas estratégicas para impulsionar o resultado do objetivo em questão, que visa "desenvolver ações de cidadania para fortalecer a consciência dos direitos e deveres do cidadão e contribuir para a redução das desigualdades sociais".

Perspectiva: Processos Internos

· **Objetivo - Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional:** A Sra. Elaine Borges explicou que o resultado aumentou de 96 para 97% do primeiro para o segundo quadrimestre deste ano. Citou que todos os indicadores que mensuram o cumprimento do objetivo estão em situação ótima. Em seguida, em atendimento a uma proposta da área técnica da AGE, sugeriu alteração na forma de apresentar a meta do indicador "Redução do acervo", que atualmente é medido em números absolutos, para monitoramento em percentual. A nova meta proposta é a redução de 1% do acervo em relação ao resultado de dezembro do ano anterior. O Sr. Luiz Otávio Moura (GSP), perguntou sobre o alinhamento desse indicador com o de "Congestionamento" e a Sra. Elaine Borges explicou que a proposta era justamente para que os dois fossem medidos da mesma maneira, visto que hoje a meta do indicador de "Congestionamento" é redução de 0,5% em relação ao resultado de dezembro do ano anterior, conforme glossário do CNJ para as metas nacionais do Poder Judiciário. O Dr. Carl Smith (GSP) comentou sobre a necessidade de verificar o que é considerado como processo pendente e que o entendimento deve ser padronizado para todas as metas. A Sra. Elaine Borges, então, leu parte do glossário do CNJ sobre o indicador visando esclarecer melhor os termos. O Sr. Rubens Rios (SPF) também questionou as descrições sobre a meta de "Congestionamento" e a Sra. Elaine Borges disse que enviaria o glossário para consulta. O Sr. Antônio Augusto (SJD) acrescentou a preocupação com a gestão de riscos, visto o recorrente aumento da demanda no segundo quadrimestre do ano, o que, segundo ele, também se repetiu em setembro. Complementou que a capacidade da equipe está no limite para atender a demanda. Após votação dos presentes coordenada pelo Dr. Sérgio Pedreira, decidiu-se por manter a mensuração e a meta do indicador "Redução do acervo" como está atualmente, com um estudo mais detalhado a ser realizado pelas unidades envolvidas sobre essa nova proposta de mensuração. A Sra. Elaine Borges apresentou ainda o ajuste na descrição da meta e nas metas desdobradas do indicador "julgamento de ações coletivas" em alinhamento à Meta 6 de 2022, de 100% para 99%, além de gráficos sobre a evolução dos indicadores de "Recorribilidade interna", "Reforma interna da decisão" e "Congestionamento", explicando como eles têm se comportado e qual a tendência para o final do ano. Explicou ainda que relatórios mensais com a situação das metas continuam sendo enviados mensalmente aos gabinetes de ministros, visando a priorização dos processos pertinentes. A seguir, apresentou a lista das 7 iniciativas estratégicas que impactam o objetivo, frisando que apenas uma não foi concluída ainda, a "Triagem processual avançada", cuja unidade gestora sugeriu a suspensão, devido à falta de desenvolvedores de TI até que seja possível fazer uma nova avaliação. Sem objeções, a sugestão foi considerada aprovada. Por fim, como a vigência da estratégia atual é 2026, a Sra. Elaine Borges sugeriu aos presentes a apresentação de novas propostas de iniciativas estratégicas para impulsionar o resultado do objetivo em questão, que visa "garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental, por meio do aprimoramento de métodos e ferramentas de trabalho".

· **Objetivo - Prevenir litígios:** A Sra. Elaine Borges explicou que o resultado aumentou de 84 para 99% do primeiro para o segundo quadrimestre deste ano. Citou que o indicador "Controvérsias criadas" não foi mensurado no período porque a métrica está em revisão pela

unidade responsável, o NUGEPNAC. Comentou sobre as 2 iniciativas vinculadas ao objetivo e mencionou matéria publicada recentemente sobre o projeto "Redução de demandas", que traz números e resultados expressivos para o Tribunal, podendo ser aproveitados para a adoção de novos indicadores de desempenho para este objetivo. O Sr. Antônio Augusto reforçou que o escopo do projeto "Redução de demandas" é justamente prevenir novos litígios e que vários acordos de cooperação já foram assinados com vistas a potencializar os resultados, como os acordos com a AGU, PGE SP, PGE DF e Defensorias públicas estaduais e do DF, este último com boas perspectivas para a 3ª Seção, já que os demais são mais voltados aos temas das outras Seções. Completou dizendo que é possível calibrar, definir parâmetros e encaminhar novas propostas de indicadores. A Sra. Ana Flávia Paulino (NUGEPNAC) informou que em reunião recente com a Comissão de Precedentes foi comentado sobre a criação de 200 controvérsias e que a intenção era realizar estudos em parceria com a SJD visando novas formas de mensuração. Registrou que vão intensificar o contato com os Tribunais de Origem a fim de fortalecer a cultura de precedentes nos Tribunais. Citou ainda que estavam aguardando agenda de ministros, para reuniões sobre novas formas de acordos de cooperação. Finalizou afirmando que o advento da relevância deverá ter efeito positivo para o STJ e seus indicadores de desempenho. O Sr. Luiz Otávio Moura alertou os presentes sobre a necessidade desse possível novo indicador vinculado aos acordos de cooperação ser menos operacional e mais abrangente. Assim, sugeriu a comparação da demanda do STJ com a do Poder Judiciário Nacional, para que seja uma informação mais estratégica.

· **Objetivo - Consolidar o sistema de precedentes:** A Sra. Elaine Borges explicou que o resultado reduziu de 87 para 56% do primeiro para o segundo quadrimestre deste ano. Citou que há 2 indicadores que auxiliam na mensuração do objetivo e que um deles está em situação crítica: "Tempo médio da afetação à publicação do acórdão (meta 7)". Perguntou se haveria ações para melhoria dos resultados a serem adotadas. Ana Flávia informou que pretendem uma ação de aproximação com Gabinetes para acompanhamento da meta 7. Em seguida, a Sra. Elaine Borges comentou que a única iniciativa vinculada ao objetivo em questão estava suspensa até nova revisão pelo NUGEPNAC. Acrescentou que ações decorrentes da EC da Relevância no STJ também devem impactar diretamente nesse objetivo estratégico. Por fim, como a vigência da estratégia atual é 2026, a Sra. Elaine Borges sugeriu aos presentes a apresentação de novas propostas de iniciativas estratégicas para impulsionar o resultado do objetivo em questão, que visa "fortalecer o sistema de formação de precedentes qualificados, buscando sedimentar decisões relativas a casos semelhantes, com o fim de reverter a cultura da excessiva judicialização".

· **Objetivo - Priorizar o julgamento de processos de corrupção e improbidade administrativa:** A Sra. Elaine Borges explicou que o resultado aumentou de 80 para 82% do primeiro para o segundo quadrimestre deste ano. Citou que o único indicador relacionado ao objetivo requer atenção: "julgamento de ações de improbidade administrativa (meta nacional 4)". Complementou explicando a iniciativa voltada ao tema e apresentando um exemplo de relatório sobre os resultados da meta 4 enviado mensalmente aos gabinetes de ministros. Foi sugerida e acatada a realização de reuniões com os gabinetes para maior sensibilização sobre a meta, visto que a tendência é de não cumprimento até o final do ano.

· **Metas Nacionais** - A Sra. Elaine Borges apresentou aos participantes da reunião um panorama geral dos resultados do STJ em relação às metas nacionais em 2021 e 2022, bem como as propostas para 2023. O Sr. Luiz Otávio Moura perguntou se havia algum alerta aos gabinetes de ministros sobre os resultados da meta 7 (tempo médio de afetação dos repetitivos) e sugeriu avisá-los antes que o prazo de 365 dias seja extrapolado. A Sra. Ana Flávia Paulino explicou que sim, há uma informação periódica enviada aos gabinetes. Agradeceu a sugestão e comentou ainda sobre a possibilidade de visitar os gabinetes para repassar essas informações com maiores detalhes.

· **Objetivo - Aprimorar a governança institucional:** A Sra. Elaine Borges explicou que o resultado reduziu de 99 para 96% do primeiro para o segundo quadrimestre deste ano. Citou

que há 3 indicadores vinculados ao objetivo com situação ótima, mas que, em relação ao "Mapeamento de processos", seria importante iniciar a modelagem na SSE e retomar o mapeamento na STI, o que foi acatado pelos presentes. Comentou que o indicador "Atendimento às recomendações" foi revisado pela AUD em workshop interno, que focará em ações para aperfeiçoar o acompanhamento das recomendações. Em princípio, não haverá mudanças na métrica. Sobre o indicador "Governança no STJ", explicou que as unidades receberão, no próximo quadrimestre, as planilhas para preenchimento da situação em 2022 e que há expectativa de criação da Política de Governança do STJ em 2023. No que se refere às iniciativas atreladas a este objetivo, a Sra. Elaine Borges apresentou a lista e sugeriu a adoção de ação corretiva para a única em situação crítica, "IA-CM - Modelo de Capacidade de Auditoria Interna", o que ficou de ser avaliado pela AUD. Comentou também que o "Programa de Integridade do STJ" está em revisão tendo em vista novo projeto que está em elaboração, com temas relacionados à integridade, compliance e governança. Por fim, explicou que o "Arquivo Documental" está aguardando medição da obra pela contratada, de modo a avançar no cronograma.

Perspectiva: Pessoas e Recursos

· **Objetivo - Valorizar as pessoas:** A Sra. Elaine Borges explicou que o resultado reduziu de 93 para 92% do primeiro para o segundo quadrimestre deste ano. Citou que dos 9 indicadores vinculados ao objetivo, apenas um apresentou situação crítica: "Cursos com Instrutoria Interna". Explicou que, devido ao cenário atual, os gestores desse indicador no CEFOR estão avaliando o comportamento da métrica, para, se preciso, propor ajustes para 2023. Sobre o "Absentéismo", acrescentou que após uma alta de mais de 6% em junho, ainda devido à pandemia, está retomando ao seu resultado recorrente, próximo de 3%. No que se refere ao indicador "Ocorrências de segurança", a Sra. Elaine Borges comentou que não houve informações no período e que o resultado do gráfico é referente ao primeiro quadrimestre de 2022. Considerando que o objetivo está em estado de atenção (farol amarelo), que as 4 iniciativas a ele vinculadas já estão concluídas, e que a vigência da estratégia atual é 2026, a Sra. Elaine Borges sugeriu mais uma vez aos presentes a apresentação de novas propostas de iniciativas estratégicas para impulsionar o resultado do objetivo em questão, que visa "adotar políticas, métodos e práticas inovadoras e participativas, bem como melhor adequar a força de trabalho, visando favorecer o desenvolvimento profissional, a saúde, a segurança, a acessibilidade e a inclusão, com foco na constante melhoria do ambiente organizacional e da qualidade dos serviços prestados, a fim de que os colaboradores possam contribuir para o cumprimento da missão institucional", a exemplo de ações decorrentes da pesquisa de satisfação e clima organizacional, completou.

· **Objetivo - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira:** A Sra. Elaine Borges explicou que o resultado reduziu de 91,55 para 91,25% do primeiro para o segundo quadrimestre deste ano. Citou que dos 3 indicadores vinculados ao objetivo, apenas um apresentou situação crítica, "Aderência às metas do PLS/STJ", mas a AGS já está efetuando ajustes nos subindicadores visando melhoria dos resultados no próximo quadrimestre. As 2 iniciativas vinculadas a estes objetivos encontram-se em estado de atenção. O projeto de "Energia solar" enfrenta desafio atual relativo à obra de reforço da rede de distribuição, que deve ser concluída até janeiro/2023, e a previsão de operação da usina é fevereiro/2023, explicou. Sobre o "Sistema de informações de custos", a Sra. Elaine Borges comentou que as demandas técnicas e funcionalidades sobre o histórico das unidades estão em processo de validação e as primeiras consultas do centro de custos já estão em desenvolvimento.

· **Objetivo - Intensificar o uso da tecnologia da informação:** A Sra. Elaine Borges explicou que o resultado aumentou de 92 para 97% do primeiro para o segundo quadrimestre deste ano. Citou que há apenas indicador vinculado a este objetivo, que abarca inúmeras iniciativas estratégicas. Por esse motivo, sugeriu a adoção de novas métricas com o intuito de "Aperfeiçoar os serviços e a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação - TIC,

bem como a segurança das informações, incentivando a transformação digital, com foco na satisfação dos usuários e no cumprimento da missão institucional". Após apresentar a extensa lista de iniciativas, comentou que a ARP sugeriu que o projeto "Automação apoiada por IA" fosse cancelado devido à formulação de projetos mais específicos, dada a densidade de cada etapa prevista no projeto original, o que foi acatado pelos presentes.

4.4. Alinhamento Estratégico

A Sra. Elaine Borges apresentou a situação geral do Alinhamento Estratégico no STJ, iniciativa que monitora os resultados setoriais atrelados aos estratégicos. Comentou que foi apurado um percentual total de 96% de cumprimento do previsto e que apenas o critério "Usuários" do Radar da Estratégia indicou farol amarelo, os demais estavam com farol verde. Acrescentou que atualmente 19 unidades estão alinhadas e mostrou quadro resumo dos resultados por unidade, referente ao 2º quadrimestre de 2022.

Para auxiliar os servidores e os gestores no melhor entendimento da estratégia, a Sra. Elaine Borges mostrou o painel BI "Onde estou?", que está disponível na intranet e explica as contribuições diretas e indiretas de cada unidade para a estratégia institucional. Sugeriu a todos que analisassem, quando possível.

4.5. Outros assuntos

· **Atualização do Manual de Organização do STJ:** A Sra. Elaine Borges comentou que a AGE está consolidando as informações enviadas pelas unidades e que a previsão de publicação é em outubro. O documento fica disponível na intranet e na internet do Tribunal, completou. O Dr. Sérgio Pedreira aproveitou a oportunidade para solicitar a todos que analisem as novas competências das unidades, a exemplo da LGPD e do compliance, para acrescentarem no Manual. Comentou ainda sobre a importância do envolvimento da AUD nas questões relacionadas ao compliance.

· **Sustentação oral:** A Sra. Elaine Borges registrou o aumento dos pedidos de sustentação oral no Tribunal no período de junho a setembro/2022, após a nova legislação, e apresentou como proposta o projeto vencedor no prêmio Inova STJ 2021, o Memoriáudio, como uma alternativa. O Sr. Rubens Rios (SPF) acredita que o problema já está resolvido, com a possibilidade de arquivamento de vídeos no Sistema Justiça, o que foi confirmado pelo Sr. Humberto Pradera (STI).

· **Proposta de novo projeto:** A Sra. Denisse Dias sugeriu um projeto com foco no público terceirizado, visando disseminar informações sobre direitos básicos, como do consumidor e família, além de um auxílio advocatício. O Sr. Rubens, então, comentou sobre iniciativas já existentes, como o projeto de inclusão digital e o núcleo de estagiários do curso de direito do CEUB, que já atua no Tribunal e poderia auxiliar nesse sentido. O Sr. Cristiano Nascimento (AGS) explicou que há ações em andamento pela Assessoria junto aos terceirizados, que poderia ser otimizada para aumentar o seu foco de atuação. A Sra. Tatiana Estanislau sugeriu um evento nos moldes da ambientação, que atualmente é direcionada aos novos servidores do STJ. O Dr. Sérgio Pedreira comentou sobre dois juizes auxiliares da Presidência que estão trabalhando em projetos voltados aos direitos humanos e orientou sobre a importância da integração de todas essas iniciativas afins.

· **Encerramento:** Dr. Carl Smith reforçou aos presentes que a tônica da gestão da Ministra Maria Thereza é a luta pelos direitos humanos, em especial a inclusão e a igualdade de gênero, além da eficiência administrativa e judicial. Disse que é necessário pensar não apenas em projetos voltados para essas questões, mas adotar os direitos humanos como uma linha da gestão 22-24. Dr. Sérgio agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião comentando sobre a importância do monitoramento periódico da estratégia institucional em encontros como esse.

5. DECISÕES

Ação	Responsável	Prazo
Aprovar o relatório final da Pesquisa de Imagem do Tribunal.	Alta Administração	dez/2022
Ajustar a meta do Indicador "Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania" para 15.000 ao ano, já a partir de 2022.	CPES/AGE	dez/2022
Estudar com mais detalhe os ajustes no indicador "Redução do acervo" para apresentar nova proposta de mensuração.	AGE/Unidades judicantes	dez/2022
Ajustar a descrição da meta e as metas desdobradas do indicador "Julgamento de ações coletivas", em alinhamento à Meta 6 de 2022, de 100% para 99%.	CPES/AGE	dez/2022
Apresentar novos indicadores para mensurar o objetivo "Prevenir litígios", de modo a substituir o atual "Controvérsias criadas".	NUGEPNAC, SJR, SJD, AGE	dez/2022
Contatar os gabinetes de ministros para maior sensibilização sobre a Meta 4 de 2022.	GSP/AGE	dez/2022
Contatar os gabinetes de ministros para repassar informações com maiores detalhes sobre o desempenho da Meta 7, antes de atingir os 365 dias.	NUGEPNAC	dez/2022
Iniciar a modelagem na SSE e retomar o mapeamento de processos na STI.	AGE/SSE/STI	dez/2022
Adotar ação corretiva para os recorrentes atrasos relacionados à iniciativa "IA-CM - Modelo de Capacidade de Auditoria Interna".	AUD	dez/2022
Pensar em novas métricas para o objetivo "Aperfeiçoar os serviços e a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação - TIC".	STI/AIA	dez/2022
Cancelar a iniciativa "Automação apoiada por IA" e formular projetos mais específicos.	ARP/AIA/AGE	dez/2022
Suspender a iniciativa "Triagem processual avançada".	ARP/AGE	dez/2022
Estudar métrica e ações corretivas para o indicador "Cursos com instrutoria interna".	CEFOR	dez/2022
Atualizar o Manual de Organização do STJ.	Todas unidades/AGE as	out/2022



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria**, **Coordenador de Planejamento Estratégico**, em 17/10/2022, às 12:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Brito de Almeida, Secretário de Jurisprudência**, em 17/10/2022, às 13:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Vasconcellos Chebli, Chefe de Gabinete**, em 17/10/2022, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Otávio Borges de Moura, Assessor "A"**, em 17/10/2022, às 13:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Camargo Rocha, Diretor do Centro de Formação e Gestão Judiciária**, em 17/10/2022, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Cesar Gonçalves Rios, Secretário de Processamento de Feitos**, em 17/10/2022, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Mützenberg, Secretário de Auditoria Interna**, em 17/10/2022, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Cury Nasser Loureiro, Secretário de Documentação**, em 17/10/2022, às 13:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Cristina de Jesus Teixeira, Secretário de Administração**, em 17/10/2022, às 13:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Petruff, Assessor "A"**, em 17/10/2022, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Bittes Veyl, Secretário de Orçamento e Finanças**, em 17/10/2022, às 14:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Domingos de Affonso Fabre, Secretário-Executivo da Presidência**, em 17/10/2022, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Pinheiro Machado de Souza, Coordenador**, em 17/10/2022, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lener Taplion Silva Azevedo, Assessor-Chefe**, em 17/10/2022, às 16:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano de Sousa Nascimento, Assistente IV**, em 17/10/2022, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natália de Mattos Lambert Soares, Secretário de Comunicação Social**, em 17/10/2022, às 18:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Paula Lima Pacheco, Assessor-Chefe**, em 18/10/2022, às 12:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Borges Paulino, Assessor "C"**, em 18/10/2022, às 12:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Aparecida Estanislau de Souza, Ouvidor Auxiliar**, em 18/10/2022, às 14:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Augusto Gentil Santos de Souza, Secretário Judiciário**, em 18/10/2022, às 18:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Peixoto de Melo, Assessor "B"**, em 18/10/2022, às 20:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Luís Duarte Campos, Assessor-Chefe**, em 19/10/2022, às 10:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sartre Gonçalves Santos, Assistente IV**, em 20/10/2022, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando do Amaral Freitas, Assessor-Chefe**, em 20/10/2022, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Denisse Dias Rosas Ribeiro, Secretário de Segurança**, em 20/10/2022, às 16:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Elisa Teófilo de Luna, Assessor-Chefe**, em 20/10/2022, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Ribeiro Santana, Assessor-Chefe**, em 20/10/2022, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Karima Batista Kassab Coelho, Assessor-Chefe**, em 20/10/2022, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Castro Machado Miranda, Assessor-Chefe**, em 20/10/2022, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lúcia França da Silva Colombelli, Chefe de Gabinete**, em 20/10/2022, às 18:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carl Olav Smith, Secretário-Geral da Presidência**, em 25/10/2022, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Nóbrega Borges, Assessor-Chefe**, em 26/10/2022, às 09:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Fontoura Pradera, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 14/11/2022, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio José Americo Pedreira, Diretor-Geral**, em 17/11/2022, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Octávio Barbosa Nenevê, Coordenador de Pagamento**, em 17/11/2022, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3165011** e o código CRC **C5F4683F**.